

Energética
Suape II S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações do resultado	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Submetemos para vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Energética Suape II S.A. (“Companhia” ou “Suape”), com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia apresenta a seguir os principais fatos que ocorreram em 2020.

1. Operação

Em 2020, a Companhia foi despachada 4,87% ao longo de todo o ano, gerando 162.737 MWh. (em 2019 o despacho foi de 8,45% gerando 282.320,44 MWh). Os 4,87% do despacho de 2020 se deram para atendimento as necessidades do Sistema Interligado Nacional (SIN) e/ou mediante autorização do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) com vista a garantir a segurança energética do sistema. No exercício de 2020 não houve despachos significativos por Ordem de Mérito em suprimento ao Risco Hidrológico, ou seja, o Custo Marginal de Operação (CMO) do subsistema Nordeste esteve na maior parte do tempo sempre menor do que o Custo Variável Unitário (CVU) da Usina.

A disponibilidade apontada pelo Relatório de Avaliação do Desempenho da Manutenção de Equipamentos – RAD em 2020 foi de 90,82%. Percentual 10,82% a maior do mínimo satisfatório exigido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), isso além de trazer um maior ganho operacional, o que afastou a UTE de possíveis penalidades por este indicador.

Também é notável destacar que no último trimestre de 2020 com a retomada da geração o consumo específico da planta registrou uma média de 198,15 kg/MWh, valor bem abaixo da meta de 200,5 kg/MWh. Este resultado se deu pelo desempenho do time de fiscalização Suape II na oportunidade do baixo despacho do ano (planta em *stand-by*) conduziu melhorias nos processos realizados pela Operadora sob contrato de O&M, proporcionando uma geração com normalidade de processos na geração de energia pelas unidades motogeradoras. Tal motivação produziu melhor balanceamento e eficiência mecânica das unidades, com maior confiabilidade da operação em atendimento aos despachos do ONS garantindo a contínua entrega de energia ao SIN – Sistema Interligado Nacional.

2. Segurança, Saúde e Meio Ambiente

O ano de 2020 foi atípico e ao mesmo tempo desafiador, pois além das ações previstas para atendimento dos quesitos normativos previsto na legislação de segurança e saúde do trabalho, tivemos o advento da pandemia causada pelo vírus da COVID-19, e que para esta condição, foram adotados protocolos e todas as medidas necessárias para garantir a saúde dos colaboradores e a continuidade dos processos da UTE sem impacto.

No ano foram mais de 216 mil horas trabalhadas expostas aos riscos, tendo como resultado uma taxa de frequência de 6,97, resultante de dois acidentes leves sem afastamento, e uma taxa de gravidade 0,0, pela não ocorrência de acidentes com afastamento (Para a OIT, uma taxa de frequência menor que 20, é considerada como muito boa – Fonte “*Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho*” - Autor: José da Cunha Tavares). Os referidos números refletem uma melhoria na cultura prevenção dos nossos colaboradores e que nos apontam uma tendência de cada vez mais melhoramos esse indicador, até chegarmos a comemoração do zero acidente dentro da Companhia. No que tange o sistema de combate a incêndio os equipamentos (detecção e alarme, sistema de dilúvio, funcionamento de bombas, etc.) foram mantidos em perfeito funcionamento, garantindo a proteção da planta e a obtenção do Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros do estado de Pernambuco sem nenhuma recomendação.

No quesito Meio Ambiente, de maneira responsável a Companhia destinou para tratamento os resíduos gerados de maneira adequada e rastreada, atendendo todos as exigências legais no âmbito estadual e federal. Além disso, cumpriu com as obrigações impostas pela licença de operação bem como todo o processo de renovação da respectiva licença. Da mesma forma que no ano anterior, não houveram queixas ou notificações ligadas às questões ambientais.

3. Ambiente Regulatório

3.1 Resolução Normativa nº 862/2020

A Resolução, resultado da Audiência Pública nº 31/2019, dispõe sobre a implementação do modelo Dessem, que permite a contabilização horária pela CCEE e o despacho semi-horário ao ONS, além de buscar o aprimoramento no despacho térmico, através da inclusão do Unit Commitment.

O Unit Commitment representa todos os parâmetros que caracterizam a operação da usina, como tempo de rampa, tempo mínimo ligada, tempo mínimo desligada, condições operacionais, entre outros. A Suape II realizou sua declaração em junho, conforme solicitado pelo ONS.

Vale ressaltar que as condições operacionais são passíveis de alterações somente uma vez ao ano, na janela de abertura para envio, realizada pelo ONS.

3.2 Resolução Normativa ANEEL nº 881/2020 e Despacho ANEEL nº 986/2020

A Resolução, resultado da Consulta Pública nº 39/2019, consolida as novas regras de recontabilização. Com isso, foi possível o retorno financeiro da geração por Reserva de Potência Operativa (Serviços Ancilares – REN ANEEL nº 697/2015, atualizada pela REN ANEEL nº 822/2018), com o recebimento dos valores do período de dezembro de 2018 a maio de 2019, na ordem de R\$ 33 milhões.

Atualmente, a regra prevê que em caso de geração por Reserva de Potência Operativa, o recebimento adicional ao CVU ocorre via encargo na contabilização.

3.3 Consulta Pública nº 37/2020

A consulta Pública nº 37/2020, verificava dois mecanismos relativos aos pagamentos das distribuidoras para os geradores:

- Diferimento do Pagamento de Contratos Regulados
- Suspensão do Pagamento de Contratos Regulados Mediante Extensão de Outorga

Em resultado à Consulta Pública, não ocorrerá o diferimento do pagamento de contratos regulados. Ao final, a ANEEL compreendeu que não há mais necessidade de aplicação de mecanismos relativos aos pagamentos das distribuidoras para os geradores, visto a criação de outros mecanismos que auxiliaram as distribuidoras.

3.4 Despacho ANEEL nº 3.572/2019 – Declarações de Inflexibilidade

A partir de janeiro de 2020, o ONS passou a adotar o Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo, o DESSEM, para elaboração do Custo Marginal de Operação e critérios de despachos das usinas Termelétricas.

Na implementação deste modelo, os agentes de geração passaram a ter um papel mais ativo na programação diária, avaliando se o despacho indicado pelo modelo está de acordo com as características técnicas e restrições de operação de cada usina para o próximo dia de operação.

Desta forma, tem-se uma importância muito maior de acompanhar diariamente o processo de programação e de concordar ou não com os valores sugeridos pelo ONS, mesmo quando o modelo apontar uma geração nula, tornando o processo mais confiável.

A partir do dia 26/03/2020, o sistema PDPW foi atualizado para contemplar as mudanças do Despacho nº 3.572/2019 que tem por objetivo compatibilizar as declarações de inflexibilidade dos agentes termelétrico nas janelas de programação temporal semanal (PMO) e diária (PDPW).

Por essa metodologia os valores declarados diariamente não poderão exceder aos valores declarados semanalmente nos PMOs.

3.5 Lei nº 14.052/2020 – Solução GSF

No mês de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052/2020 que estabelece o tratamento para solucionar a problemática causada pelo *Generating Scaling Factor* (GSF), sendo essa a principal medida para reduzir a judicialização do setor elétrico.

O objetivo principal da referida lei é compensar os agentes de geração dos efeitos causados pelo GSF, através da extensão de outorga.

O tema foi tratado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da CP 56/2020, a qual deu origem a Resolução Normativa nº 892/2020. Abaixo destacamos os marcos estabelecidos no normativo da agência.

Datas (prazos)	Evento
09/09/2020	Sanção presidencial
23/09/2020	Abertura de consulta pública
23/10/2020	Fechamento da consulta pública
08/12/2020	Resultado da consulta pública (publicação das regras e resoluções)
06/02/2021 (previsto)	Apresentação dos cálculos pela CCEE
08/03/2021 (previsto)	Publicação dos cálculos pela ANEEL
07/05/2021 (previsto)	Adesão do gerador
07/05/2022 (previsto)	Prazo de parcelamento dos débitos

3.6 Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

O CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico se reuniu em outubro de 2020 com o intuito de avaliar as condições de suprimento do SIN haja vista os baixos índices de armazenamento observados para os reservatórios, destacadamente os submercados Sudeste/CO e Sul.

Devido aos níveis críticos alcançados, a previsão irregular de chuvas sem a melhora imediata das vazões associadas aos reservatórios, as temperaturas altas e o retorno gradual das atividades econômicas, foi proposto pelo CMSE o acionamento adicional de usinas térmicas por garantia energética, ressaltando a importâncias das usinas térmicas para o sistema. Com esta instrução, as UTEs foram despachadas por Garantia Energética, sendo programadas pelo ONS em GFOM (geração fora da ordem de mérito), o que elencou uma ótima geração no último trimestre de 2020.

3.7 Agenda Regulatória ANEEL 2021/2022

A Agenda Regulatória 2021/2022 foi concluída após Tomada de Subsídios e realização de Audiência Pública nº 10/2020. No total há 132 atividades previstas para realização, sendo:

- 41 prioritárias;
- 70 ordinárias; e
- 21 indicativas

Atividades relevantes para a Suape II:

- Revisão dos critérios de indisponibilidade e inflexibilidade – REN 614/2014
- Aperfeiçoamento da REN 876/2019 – Referente a Outorga de Térmicas
- Aperfeiçoamento do acesso ao sistema de transmissão
- Estabelecimento de requisitos mínimos de Segurança Cibernética

4. Investimentos em P&D

A Companhia realiza investimentos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) conforme previsto nas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/2008 e 504/2012.

Os projetos são selecionados passam por análise técnica de acordo as necessidades operacionais e estratégica da Companhia. com prospecção contínua e recebendo propostas através do e-mail ped@suapeenergia.com.br.

A Companhia também faz uso dos valores gastos em P&D para fruição dos incentivos fiscais de redução de IRPJ e CSLL previstos na Lei nº 11.196/2005 (“Lei do Bem”).

No ano de 2020 estavam em andamento e/ou foram encerrados os projetos demonstrados a seguir:

(Valores em Milhares de R\$)

Projeto	Código ANEEL	Prazo	Status	Realizado ⁽¹⁾	Previsto ⁽²⁾	Total P&D
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	48 meses	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.535	-	3.535
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	48 meses	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	4.197	-	4.197
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	53 meses	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	2.299	-	2.299
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	51 meses	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	6.001	-	6.001
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	36 meses	Em andamento	2.763	3.255	6.018
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	18 meses	Em andamento	2.018	1.085	3.103
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	32 meses	Em andamento	1.908	2.095	4.003
				22.721	6.436	29.157

(¹) Valores incorridos inclusive em anos anteriores a 2020.

(²) Valores a serem realizados até o final dos projetos.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

5.1 Indicadores empresariais

(Valores em milhares de Reais, quando aplicável)

Indicadores econômicos	31/12/2020	31/12/2019	Variação % 2020 / 2019
Receita Operacional Bruta	469.406	565.444	-16,98%
Receita Operacional Líquida - ROL	421.341	507.670	-17,00%
EBITDA	192.949	210.832	-8,48%
Resultado Operacional	169.231	187.236	-9,62%
Resultado Financeiro	(6.885)	(25.171)	-72,65%
Lucro Líquido	143.135	151.444	-5,49%

Índices de Liquidez	31/12/2020	31/12/2019	Variação % 2020 / 2019
Liquidez corrente (AC / PC)	1,85	1,29	43,23%
Liquidez seca (AC - Estoques / PC)	1,41	0,93	51,12%
Liquidez imediata (Disponível / PC)	0,22	0,14	63,36%
Liquidez geral (AC + RLP / PC + ELP)	0,76	0,65	16,99%
ROCE (EBIT / Capital Empregado)	1,21	1,34	-9,62%
ROCE (EBIT / (Ativo Total - Passivo Circulante))	0,30	0,34	-12,13%

A evolução do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação EBITDA	31/12/2020	31/12/2019	Variação % 2020 / 2019
Lucro Líquido	143.135	151.443	-5,49%
Depreciação e amortização	23.718	23.596	0,52%
Despesas financeiras	10.424	34.115	-69,44%
Receitas financeiras	(3.539)	(8.944)	-60,43%
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽¹⁾	19.211	10.621	80,88%
EBITDA	192.949	210.831	-8,48%

(1) A variação da despesa de IRPJ / CSLL é decorrente do ano de 2019 apresentar dois fatores extemporâneos:

- Reconhecimento da reserva de incentivo fiscal complementar de anos anteriores no montante de R\$ 7,65 milhões, em virtude de reapuração do Lucro da Exploração (*vide* nota explicativa 25.2);
- Constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos de R\$ 1,55 milhão sobre provisão de honorários advocatícios (*vide* nota explicativa 18).

6. Endividamento

Em maio de 2020 a Companhia realizou a liquidação do empréstimo FNE no valor de R\$ 142,665 milhões. A Companhia liquidou a dívida através da captação de recursos adquiridos junto ao Banco Santander com uma taxa de mercado muito mais atrativa trazendo redução de encargos financeiros para a Companhia.

7. Composição Acionária

A Companhia tem por acionistas a Savana SPE Incorporações Ltda. e a Petróleo Brasileiro S.A. que detém, respectivamente, 80% e 20% de suas ações.

8. Auditores Independentes

Para o exercício de 2020, a Companhia celebrou contrato com a KPMG Auditores Independentes, conforme autorizado pelo Conselho de Administração. A política desta contratação adotada pela Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 2020 foi emitido sem qualquer ressalva, referendando desta forma a adequação dos reportes patrimoniais, de resultado operacional e de fluxo de caixa com as normas contábeis vigentes no Brasil.

9. Perspectivas 2021

Apesar da matriz energética brasileira ser predominante hidroelétrica, os baixos níveis hídricos em determinados períodos do ano trazem consigo a clara necessidade e a extrema importância do parque termelétrico no país, onde ainda que tenhamos as fontes complementares e renováveis, como por exemplo as usinas eólicas e solares, estas fontes não fornecem segurança energética para o sistema dada a sua intermitência na produção devido uma imprecisão na previsibilidade dos ventos pelos modelos estatísticos e climáticas existentes.

Atualmente estão sendo concentrados constantes esforços para a inclusão de mais térmicas a gás natural, térmicas estas mais baratas e menos poluente se comparadas às a óleo combustível e óleo diesel. Com vista a trazer segurança energética para o sistema, uma vez que com a inserção de cada vez mais fontes renováveis, o recurso térmico ainda se faz extremamente necessário e com o baixo custo do gás natural somado a segurança que a fonte térmica traz para o sistema é notável a transição deste novo modelo de operação do SIN.

Diante de todos esses fatores e feita uma análise estatísticas a Suape prevê para o exercício do ano de 2021 um despacho de 10% distribuídos de forma a suprir os períodos de menor produção eólica no subsistema nordeste e pelo o que apontam os modelos estatísticos de previsão de afluência o suprimento pela mitigação do risco hidrológico.

Por fim, uma vez que mantidas as boas práticas no cumprimento dos procedimentos e o foco na manutenção e execução do planejamento de operação anual de forma a contribuir para a melhora da disponibilidade da planta, tendo uma melhor gestão do estoque, a maximização dos descontos comerciais, a diminuição dos custos com manutenções corretivas e das despesas em geral.

Cabo de Santo Agostinho, 25 de fevereiro de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Energética Suape II S.A.

Cabo de Santo Agostinho - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Suape II S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 25 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

Energética Suape II S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	21.805	17.271	Fornecedores	17	9.838	9.863
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	104.932	75.251	Empréstimos, financiamentos e encargos	19	24.837	38.790
Estoques	11	42.721	45.043	Tributos e contribuições sociais	20	5.787	5.391
Tributos e contribuições a recuperar	12	557	4.070	Passivo fiscal corrente	20.1	13.856	8.891
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	13	6.983	19.488	P&D e taxas regulatórias	21	8.203	22.336
Despesas pagas antecipadamente		1.690	959	Dividendos e juros sobre o capital próprio	22	28.400	28.629
Outros créditos	14	779	44	Outras contas a pagar	23	6.230	11.802
Total ativo circulante		179.467	162.126	Total passivo circulante		97.151	125.702
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras restritas	9	4.150	10.757	Empréstimos, financiamentos e encargos	19	120.493	132.794
Outros créditos	14	9.879	9.879	Provisão para honorários advocatícios	18	12.347	12.759
Ativo fiscal diferido	20.3	2.274	1.312	P&D e taxas regulatórias	21	3.199	3.602
		16.303	21.948	Fornecedores	17	501	501
				Outras contas a pagar	23	584	935
				Total passivo não circulante		137.124	150.591
Imobilizado	15	467.441	491.555	Patrimônio líquido			
Intangível	16	615	985	Capital social	25	139.977	139.977
Total ativo não circulante		484.359	514.488	Reserva legal	25	27.995	27.995
				Reserva de lucros	25	82.673	82.977
				Reserva de incentivos fiscais	25	178.906	149.372
				Total patrimônio líquido		429.551	400.321
Total de ativo		663.826	676.614	Total do passivo e patrimônio líquido		663.826	676.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Suape II S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	27	421.341	507.670
Custo Operacional			
Custo de operação de geração de energia elétrica	28	(168.465)	(227.965)
Custo de compra de energia elétrica	28	<u>(74.708)</u>	<u>(78.227)</u>
Lucro bruto		<u>178.168</u>	<u>201.478</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	28	(8.974)	(16.300)
Outras despesas operacionais	28	(44)	(18)
Outros receitas operacionais	28	<u>81</u>	<u>2.076</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>169.231</u>	<u>187.236</u>
Despesas financeiras	29	(10.424)	(34.115)
Receitas financeiras	29	<u>3.539</u>	<u>8.944</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(6.885)</u>	<u>(25.171)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>162.346</u>	<u>162.065</u>
Imposto de renda	20	(36.559)	(36.859)
Contribuição social	20	(13.147)	(13.255)
Imposto de renda diferido	20	707	1.887
Contribuição social diferida	20	255	679
Incentivo Fiscal SUDENE	20	<u>29.533</u>	<u>36.927</u>
Lucro líquido do exercício		<u>143.135</u>	<u>151.444</u>
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas - R\$ 1,00		1,02	1,08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Suape II S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>143.135</u>	<u>151.444</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>143.135</u></u>	<u><u>151.444</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Suape II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		139.977	27.995	112.446	71.697	-	352.115
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	151.444	151.444
<i>Destinação do lucro</i>							
Juros sobre Capital Próprio	25	-	-	-	-	(19.412)	(19.412)
Dividendo mínimos obrigatórios	25	-	-	-	-	(12.129)	(12.129)
Distribuição de lucros	25	-	-	-	(71.697)	-	(71.697)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	25	-	-	36.927	-	(36.927)	-
Constituição da reserva de lucros	25	-	-	-	82.976	(82.976)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		139.977	27.995	149.373	82.976	-	400.321
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	143.135	143.135
<i>Destinação do lucro</i>							
Juros sobre capital próprio	25	-	-	-	-	(16.861)	(16.861)
Dividendo mínimos obrigatórios	25	-	-	-	-	(14.068)	(14.068)
Distribuição de lucros	25	-	-	-	(82.976)	-	(82.976)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	25	-	-	29.533	-	(29.533)	-
Constituição da reserva de lucros	25	-	-	-	82.673	(82.673)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		139.977	27.995	178.906	82.673	-	429.551

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Suape II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		143.135	151.444
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	28	23.718	23.569
Baixa no ativo imobilizado e intangível		944	18
Imposto de renda e contribuição social - correntes e incentivo fiscal Sudene		20.173	13.188
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(962)	(2.567)
Atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio	22	1.583	-
Provisão (reversão) de honorários advocatícios		(412)	-
Encargos de empréstimos e financiamentos	19	8.513	27.327
		196.692	212.979
Variação em:			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(29.681)	(4.852)
Estoques		2.322	13.909
Tributos e contribuições a recuperar		3.513	5.572
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		12.505	(4.844)
Demais ativos circulantes		(1.466)	4.478
Fornecedores		(25)	1.813
Tributos e contribuições sociais		260	3.354
P&D e taxas regulatórias		(14.536)	1.933
Outras contas a pagar		(5.921)	(6.937)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		163.663	227.405
Impostos pagos sobre o lucro		(15.072)	(13.855)
Juros pagos	19	(9.102)	(30.406)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		139.489	183.144
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate das aplicações financeiras restritas		6.607	105.894
Aquisição de imobilizado		(178)	(7.264)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		6.429	98.630
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de novos empréstimos	19	175.900	91.576
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(201.565)	(268.386)
Pagamento de dividendos	22	(96.571)	(83.185)
Juros sobre o capital próprio pagos	22	(16.619)	(15.725)
Pagamento de atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio	22	(2.529)	(2.397)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento		(141.384)	(278.117)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		4.534	3.657
Caixa e equivalentes no início do exercício		17.271	13.614
Caixa e equivalentes no final do exercício		21.805	17.271
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		4.534	3.657

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Energética Suape II S.A. (“Suape”, “Companhia” ou “UTE Suape II”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade de desenvolver, implementar, operar e explorar uma usina termelétrica movida a óleo combustível e está localizada próximo ao Complexo Portuário de Suape, Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco é considerada atualmente a maior termelétrica a óleo combustível (OCB1) da América Latina. Está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 230kV onde se interliga a 5,5 km com a Subestação SE Suape II da Companhia Hidroelétrica São Francisco (CHESF), tendo em vista fornecer a sua máxima energia disponível de maneira a compor sua significativa parcela no suprimento energético do Setor Elétrico Brasileiro, realizando um papel importantíssimo para o país, em especial a Região Nordeste, onde está localizada.

A UTE Suape II sagrou-se vencedora do leilão de energia nova A-5 de 2007, tendo início da sua operação comercial em 24 de janeiro de 2013 e finalização do seu Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) previsto para 31 de dezembro de 2026, com outorga de autorização até 2043 através da portaria autorizativa MME 217/2008. Por meio da Resolução ANEEL nº 2.656/2010 ampliou sua potência instalada para 381,255MW (17 unidades geradoras x 22,425 MW) e em 03/2016 teve sua garantia física revisada de 265,4 MW para 269,1 MW, conforme Portaria MME 046/2016.

Em 2020, a UTE Suape II foi despachada 4,87% ao longo de todo o ano, gerando 162.737 MWh (Em 2019 o despacho foi de 8,45% 282.320,44 MWh). No exercício de 2020 não houveram despachos significativos por Ordem de Mérito em suprimento ao Risco Hidrológico, ou seja, o Custo Marginal de Operação (CMO) do subsistema Nordeste esteve na maior parte do tempo sempre menor do que o Custo Variável Unitário (CVU) da Usina.

A disponibilidade da Usina encerrou o exercício do ano de 2020 em 90,82% (79% em 2019), Percentual 10,82% a maior que o mínimo satisfatório exigido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

Apesar da matriz energética brasileira ser predominante hidroelétrica, os baixos níveis hídricos em determinados períodos do ano trazem consigo uma necessidade intrínseca de controle no fornecimento da geração, o qual cria a necessidade por fontes que possuem capacidade de controlar essa intermitência, como térmicas. Suape prevê para o exercício do ano de 2021 um despacho de 10% distribuídos de forma a suprir os períodos de menor produção eólica no subsistema nordeste e pelo o que apontam os modelos estatísticos de previsão de afluência o suprimento pela mitigação do risco hidrológico.

Impactos decorrente do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

As receitas desse segmento estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração termoeétrica bem como ao valor do PLD . Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID19.

De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 20** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 20** - Imposto de renda e contribuição social diferidos - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 24** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 30** - Instrumentos financeiros - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo;

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

7.1 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

7.2 Receita de contrato com cliente

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada.

Segue abaixo as receitas operacionais que a Companhia reconhece, em conformidade com o CPC 47.

Receita Energia Elétrica no Ambiente Regulado

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

7.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. São classificadas a custo amortizado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado.

7.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de aplicações financeiras;
- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Tributos sobre ganhos financeiros; e
- Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros

A receita e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelos juros efetivos. A Companhia classifica a despesa de juros como fluxos de caixa das atividades operacionais.

7.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de Imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Os ativos tributários diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Companhia e a reversão de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são revisados em cada data do balanço e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhorar.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de balanço e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.6 Subvenções governamentais (Lucro da exploração)

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Em 2013, a Companhia passou a apurar o Lucro da Exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não-restituíveis, pelo prazo de 10 (anos).

7.7 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de saúde médico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. A Companhia não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados.

7.8 Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

7.9 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A Administração considera a intenção em participar de novos leilões para renovar o contrato de autorização e por isso considera a vida útil econômica dos ativos estará alinhada as taxas atualmente praticadas. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas à medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

7.10 Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreo como utilização de *softwares*. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A amortização é reconhecida no resultado.

7.11 Instrumentos financeiros

7.11.1 Ativos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

7.11.2 Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

7.11.3 A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

7.12 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

7.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito, quando aplicável, sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

Quando aplicável, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato, quando aplicáveis, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

Quando aplicável, a provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são alocadas para redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

7.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

7.16 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

7.17 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

7.18 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de “Reserva de Lucros”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

7.19 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	24	2.861
Aplicações financeiras - Certificados de depósito bancário (CDB)	<u>21.781</u>	<u>14.410</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.805</u>	<u>17.271</u>

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata remunerados ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as aplicações apresentaram rendimentos médios de aproximadamente 87% do CDI (2019: 83% do CDI).

9 Aplicações financeiras restritas (não circulante)

Instituição financeira	Modalidade	Ref.	Vencimento	Indexador	2020	2019
Banco do Nordeste do Brasil	Fundo de Investimento FNE	(a)	10/11/2026	96,52 % CDI	-	6.711
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia CCG	(b)	31/12/2026	98% CDI	4.017	3.911
Banco do Brasil S/A	Garantia CCT	(c)	31/12/2026	94% CDI	133	135
Total das aplicações financeiras restritas					4.150	10.757

- (a) Fundos de liquidez do empréstimo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, constituído para garantia de pagamento dos empréstimos firmado à época da implantação da usina. Em maio de 2020 com a liquidação do empréstimo FNE junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB o montante dado em garantia foi liberado para uso da Companhia.
- (b) Corresponde à aplicação em CDB firmada com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB por meio do Contrato de Administração de Garantias ao CCG.
- (c) Corresponde à conta de administração às garantias do Contrato de Conexão e Transmissão com a CHESF - CCT - CHESF.

10 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Ref.	2020	2019
Contas a receber de clientes	(a)	15	1.771
Valores a faturar	(b)	84.452	32.331
Liquidação no mercado de curto prazo - serviços ancilares	(c)	-	28.401
Liquidação no mercado de curto prazo	(d)	20.465	12.748
Total de contas a receber		104.932	75.251

- (a) O montante contabilizado no contas a receber em 2019 é composto de valores faturados de venda de energia de novembro de 2019, com vencimento inferior a 45 dias.
- (b) A parcela a faturar se refere à energia gerada nos meses de novembro (deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de cada exercício, conforme Contrato de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE). A variação entre os períodos decorre do volume de geração nos meses de novembro e dezembro de 2019 e 2020, 1.557MWh e 124.545MWh, respectivamente.
- (c) A liquidação no mercado de curto prazo – Serviços Ancilares (REN ANEEL nº 822/2018), refere-se à remuneração suplementar aos agentes de geração de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa, conforme Contrato de Prestação de Serviços Ancilares – CPSA. Esse modelo de remuneração complementar iniciou em 2018. Em 2019 a companhia encerrou o exercício com o montante em aberto referente ao período de geração de fevereiro a maio de 2019, tendo sido recebido durante o ano de 2020 acrescido de atualização monetária.
- (d) A liquidação no mercado de curto prazo é referente a recuperação de energia elétrica (lastro) adquirida pela Companhia no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento.

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A Companhia não possui histórico de perdas efetivas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não possui nenhum montante a receber vencido.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’, está divulgada na nota explicativa 30.

11 Estoques

Os estoques da Companhia são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos (principalmente combustível) é o custo médio.

	Ref.	2020	2019
Estoque de combustíveis			
Combustíveis para geração de energia	(a)	17.362	14.208
Estoque de peças			
Segurança / Mínimo	(b)	19.187	19.716
Overhaul	(b)	806	875
Garantia	(c)	5.366	10.244
Total estoque de peças		25.359	30.835
Total dos estoques		42.721	45.043

- (a) O saldo em estoque de combustível refere-se ao OCB1, diesel e lubrificantes. O volume de OCB1 em estoque é definido de acordo com expectativa de geração havendo uma capacidade de máxima de tancagem nos tanques próprios para 5 dias de geração.
- (b) Estoque de peças críticas essenciais para a segurança operacional da Companhia, sendo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas.
- (c) Estoque de peças patrimoniais recebidas em garantia para substituição de peças danificadas e manutenção de overhaul. Em 2020, a Companhia se utilizou principalmente do estoque de itens em garantia para realização das manutenções corretivas.

12 Tributos e contribuições a recuperar

	Ref.	2020	2019
PIS	(a)	-	627
COFINS	(a)	-	2.881
Outros tributos a compensar		550	550
INSS		-	4
ISS		7	7
ICMS		-	1
Total de tributos e contribuições a recuperar		557	4.070

- (a) Créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de peças de estoque utilizados em 2020.

13 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	Ref.	2020	2019
Projeto Ultrassom	(a)	-	3.535
Projeto Conjunto Trafo harmônico	(b)	-	4.197
Projeto Redes inteligentes	(c)	-	2.232
Projeto Monitoramento on-line de óleo	(d)	-	5.670
Projeto Captura de carbono (H2)	(e)	2.763	1.660
Projeto Compactador de biomassa	(f)	2.018	590
Projeto Sistema de monitoramento do trafo	(g)	1.908	1.029
Serviços em curso		<u>294</u>	<u>575</u>
Total de projetos de P&D em andamento		<u>6.983</u>	<u>19.488</u>

As empresas geradoras de energia elétrica aplicam 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Desse percentual, 40% é destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, 20% para o Ministério de Minas e Energia – MME e 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentação estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 2020 foram encerrados quatro projetos (“a”, “b”, “c”, “d”) que se encontram atualmente em fase de aprovação pela ANEEL. Os projetos em andamento (“e”, “f”, “g”) tem previsão de conclusão entre março de 2021 e junho de 2022. Maiores detalhes sobre os projetos podem ser consultados no site da Companhia: <https://www.suapeenergia.com.br/>

- (a) Análise online da qualidade do óleo combustível de motogeradores através da técnica da assinatura ultrassom (código ANEEL PD-06599-0004/2015). A pesquisa foi concluída em 2018 e projeto encerrado em 2019 com a auditoria contábil realizada por empresa de auditoria independente. Atualmente, encontra-se em fase de avaliação pela ANEEL.
- (b) Desenvolvimento de protótipo funcional de novo conjunto transformador atenuador de harmônicos (código ANEEL PD-06599-0003/2015). A pesquisa foi concluída em 2018 e projeto encerrado em 2019 com a auditoria contábil realizada por empresa de auditoria independente. Atualmente, encontra-se em fase de avaliação pela ANEEL.
- (c) Pesquisa para elevação da potência ativa fornecida pela usina termoeletrica da Suape energia com base em redes inteligentes (código ANEEL PD-06599-0005/2015). A pesquisa foi concluída em 2020 e o projeto encerrado também encerrado em 2020 com a auditoria contábil realizada por empresa de auditoria independente. Atualmente, encontra-se em fase de avaliação pela ANEEL.
- (d) Desenvolvimento e aplicação de sistema de recuperação de óleo combustível presente em correntes de água oleosa e implantação de sistema de monitoramento on-line da qualidade do óleo combustível em usinas termelétricas aplicando espectroscopia de infravermelho próximo (NIR) (código ANEEL PD-06599-0006/2016). A pesquisa foi concluída em 2020 e o projeto encerrado também encerrado em 2020 com a auditoria contábil realizada por empresa de auditoria independente. Atualmente, encontra-se em fase de avaliação pela ANEEL.
- (e) Captura de Carbono, desenvolvimento de novo dispositivo, para uso em motores de grande porte a óleo OCB1, capaz de transformar os gases poluentes de escape provenientes das cadeias de carbono em gases não tóxicos (código ANEEL PD-06599-0007/2019). A pesquisa ainda está em andamento com termino previsto para setembro/2022.
- (f) Sistema Compactador Automatizado Móvel de Matéria-Prima (Biomassa) que transforma cavacos de madeira em briquetes: aumentando o poder calorífico, o controle do processo e a reserva operativa energética; reduzindo custos de transporte e armazenamento; incluindo geração de relatórios e índices de qualidade (código ANEEL PD-06599-0008/2019). A pesquisa ainda está em andamento com termino previsto para março/2021.
- (g) Sistema de monitoramento de transformadores customizado, configurável, com inteligência para apoio a decisão visando manutenibilidade do ativo transformador. A Inteligência irá prover diagnóstico de: fator de aceleração do envelhecimento; hotspot; taxa de geração de gases; e teor de água no papel (código ANEEL PD-06599-0009/2019). A pesquisa ainda está em andamento com termino previsto para julho/2022.

14 Outros créditos

	Ref.	2020	2019
Valores a receber da Petrobras Distribuidora S.A.	(a)	9.879	9.879
Adiantamento a fornecedores		<u>779</u>	<u>44</u>
Total de outros créditos		<u>10.658</u>	<u>9.923</u>
Circulante		779	44
Não circulante		9.879	9.879

- (a) Refere-se aos valores a receber decorrente do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais emitidas pela Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) referente as compras de óleo combustível (OCB1) para produção de energia elétrica, tendo a Companhia o incentivo fiscal do diferimento desse imposto a partir da operação de venda da distribuidora. Em conformidade com a Lei nº 15.615 de 08 de outubro de 2015, desde 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo combustível (OCB1) para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Face a inobservância da Lei nº 15.615/2015 desde o início de sua vigência, a Petrobras Distribuidora S/A reconheceu o recolhimento do ICMS feito a maior, no montante total de R\$ 9.879, em outubro e novembro de 2015, apresentando pedido de ressarcimento/restituição junto à SEFAZ/PE, protocolado sob o nº 2017.000000647209-47, através do qual reconhece que repassará o valor para a Companhia, não havendo controvérsia sobre o valor e o direito da Companhia, apenas o desconhecimento sobre o momento no qual a integralidade do adiantamento será ressarcida.

Diante deste cenário, quando da aquisição do produto pela Companhia foi registrado como custo do combustível todo o ICMS destacado nas notas fiscais de compra de OCB1 da mesma forma que antes desta Lei.

A Administração não tem dúvidas quanto ao direito de ressarcimento do valor perante os órgãos competentes e, considerando o histórico de consultas realizadas junto a Sefaz, que pode ser observado em outras empresas do setor, tem expectativa de que o valor será realizado nos próximos exercícios.

15 Ativo imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em curso (a)	Peças sobressalentes (a)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	9.978	356.844	114.325	146	486	481.779	65	26.006	507.851
Aquisição	-	2.919	204	141	78	3.342	375	3.547	7.264
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	(5)	-	(18)	(3)	(26)	-	-	(26)
Depreciação	-	(19.753)	(3.692)	(44)	(44)	(23.533)	-	-	(23.533)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.978	340.005	110.837	225	517	461.562	440	29.553	491.555
Aquisição	-	54	-	-	2	56	122	-	178
Transferência	-	4	531	-	-	535	(535)	-	-
Baixa	-	(8)	(35)	(14)	-	(57)	-	(551)	(608)
Depreciação	-	(19.870)	(3.710)	(56)	(48)	(23.684)	-	-	(23.684)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.978	320.185	107.623	155	471	438.412	27	29.002	467.441
Custo total	9.978	493.690	140.138	529	785	645.120	27	29.553	674.700
Baixas	-	(27)	(35)	(37)	(8)	(107)	-	(551)	(656)
Depreciação acumulada	-	(173.478)	(32.480)	(343)	(306)	(206.607)	-	-	(206.603)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2020	9.978	320.185	107.623	149	471	438.406	27	29.002	467.441
Depreciação anual média - %	-	4,02	2,65	10,59	6,11	3,67	-	-	3,51

- (a) Além dos ativos mencionados acima, a Companhia possui peças sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos classificados no grupo do imobilizado conforme item 8 do CPC 27, esses materiais serão utilizados nas manutenções corretivas das máquinas e equipamentos do ativo imobilizado da Companhia e são essenciais para garantir a segurança operacional e a administração espera usá-los por mais de um período. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil do imobilizado correspondente a peças sobressalentes era de R\$ 29.002 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 29.553), totalizando R\$ 467.441 (Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 491.555) de bens do ativo imobilizado.

Provisão para redução ao valor recuperável

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. A Administração concluiu que como resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a ser reconhecidas.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis utilizando as taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado	Range de depreciação
Edificações	30 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 36 anos
Móveis e Utensílios	16 anos
Veículos	7 anos

16 Ativo intangível

	Direito de uso de software
Saldos em 1º de janeiro de 2019	<u>1.411</u>
Adição	-
Transferência	-
Baixas	(14)
Amortização	<u>(412)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>985</u>
Adição	-
Transferência	-
Baixas	-
Amortização	<u>(370)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>615</u>
Custo total	2.226
Baixas	(14)
Amortização acumulada	<u>(1.597)</u>
Valor residual	<u>615</u>
Amortização anual - %	20

A Companhia mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de *softwares*.

Direitos de uso de *software* são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de *softwares*, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*) e são amortizados de forma linear de acordo com base na vida útil estimada do *software* que é de 5 anos.

17 Fornecedores

	Ref.	2020	2019
Petrobras Distribuidora S.A		349	375
Encargos de uso da rede	(a)	3.526	3.417
Wartsila Brasil Ltda	(b)	3.449	3.008
Institutos de P&D	(c)	1.166	2.464
Outros fornecedores		<u>1.849</u>	<u>1.100</u>
Total de fornecedores a pagar		<u>10.339</u>	<u>10.364</u>
Circulante		9.838	9.863
Não circulante		501	501

- (a) Refere-se ao uso da rede básica e sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (b) Refere-se a aquisição de serviço de Operação e Manutenção da planta O&M, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (c) Refere-se ao custo com pesquisadores das instituições de pesquisas dos projetos de P&D em andamento (vide nota 13).

18 Provisão de honorários advocatícios

	Ref.	2020	2019
Paulo Cesar Pinheiro Advogados	(a)	<u>12.347</u>	<u>12.759</u>
Total de honorários a pagar		<u>12.347</u>	<u>12.759</u>
Não circulante		12.347	12.759

- (a) O Paulo César Pinheiro Advogados patrocina a Companhia em Mandado de Segurança contra a ANEEL e CCEE para afastar penalidades decorrentes do atraso no início da operação comercial da Usina por fato de terceiro, bem como assegurar o recebimento da Receita Fixa proveniente dos CCEARS durante o período em que se encontrava apta a gerar energia, mas impedida de escoá-la ao SIN. Foi concedida tutela antecipada, prolatadas sentença e acórdão favoráveis à Companhia, estando pendente o julgamento de recursos interpostos pela ANEEL e CCEE (processo nº 6981-45.2012.4.01.3400). As penalidades giram em torno de R\$ 617 milhões, sendo os honorários de êxito de 2% sobre o benefício econômico gerado com o ganho da causa. Em 2018, a Companhia avaliou que o montante dos honorários, considerando o benefício econômico gerado, seria de aproximadamente R\$ 7,8 milhões, em 2019 a Companhia reavaliou a estimativa e optou por provisionar o montante dos honorários com base nas penalidades do processo.

19 Empréstimos, financiamentos e encargos

Instituição financeira	Objetivo	Ref	Juros	Prazos / Vencimento	Circulante		Não Circulante		2020	2019
					Principal	Encargos	Principal			
Banco do Nordeste do Brasil – FNE	Construção UTE	(a)	10% a.a	156 meses - 10/11/2026	-	-	-	-	-	145.955
Itaú Unibanco S.A. - CCB	Construção UTE	(b)	CDI + 2,5% a.a	84 meses - 31/01/2020	-	-	-	-	-	5.552
Itaú Unibanco S.A.	Compra de OCB1	(c)	CDI + 2,18% a.a.	6 meses - 17/02/2021	-	100	-	100	100	10.048
Banco ABC do Brasil S.A. - CCB	Compra de OCB1	(d)	CDI + 1,20% a.a	6 meses - 11/05/2020	-	-	-	-	-	10.029
Banco Santander - CCB	Construção UTE	(e)	151,00% CDI+0,02% de SBLC a.a.	78 meses - 10/11/2026	24.507	230	120.493	145.230	-	-
Total de empréstimos a pagar					24.507	330	120.493	145.330	171.584	
Circulante								24.837		38.790
Não circulante								120.493		132.794

A Companhia obteve com as Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos para a construção da usina, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- (a) Em maio de 2020 a Companhia realizou a liquidação antecipada do financiamento FNE no valor residual de 142,665 milhões.
- (b) Empréstimo liquidado no vencimento da Cédula de Crédito Bancário – CCB em janeiro 2020
- (c) Conta garantida contratada junto ao Itaú BBA para aquisição de OCB1, na modalidade à vista, renovada semestralmente
- (d) Cédula de Crédito Bancário – CCB contratada junto ao Banco ABC, para aquisição de OCB1, na modalidade à vista, liquidada em janeiro de 2020.
- (e) Em 22 de maio de 2020, foi contratado via Cédula de Crédito Bancário - CCB, para a liquidação do FNE, o montante de R\$ 145 milhões junto ao o Banco Santander, para quitação do empréstimo realizado no BNB referente ao financiamento FNE. A CCB não apresenta cláusulas restritivas de vencimento antecipado relacionadas a indicadores financeiros e/ou econômicos.

Condições restritivas (Covenants)

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (Covenants).

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	93.470	255.796	349.266
Ingressos	91.576	-	91.576
Transferências	37.152	(37.152)	-
Encargos	29.534	-	29.534
Amortização de principal	(182.536)	(85.850)	(268.386)
Pagamento de juros	(30.406)	-	(30.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38.790	132.794	171.584
Saldo em 01 de janeiro de 2020	38.790	132.794	171.584
Ingressos	55.407	120.493	175.900
Transferências	-	-	-
Encargos	8.513	-	8.513
Amortização de principal	(68.771)	(132.794)	(201.565)
Pagamento de juros	(9.102)	-	(9.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.837	120.493	145.330
Circulante			24.837
Não circulante			120.493

Em 31 de dezembro de 2020, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos na seguinte composição:

	2020	2019
2021	-	14.168
2022	24.507	16.054
2023	24.507	18.026
2024	24.507	23.459
2025 em diante	46.972	61.087
	120.493	132.794

20 Tributos e contribuições sociais

	2020	2019
IRRF	2.578	3.103
COFINS	2.104	1.341
PIS	457	291
INSS	307	314
CSRF	205	208
ISS	120	112
FGTS	15	22
ICMS	1	-
Total de tributos e contribuições sociais a pagar	5.787	5.391

20.1 Conciliação do imposto fiscal corrente

	2020		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	13.147	36.559	49.706
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(29.533)	(29.533)
Pagamentos por estimativa no ano	(3.823)	(2.494)	(6.317)
Total do passivo fiscal corrente	9.324	4.532	13.856
	2019		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	13.255	36.859	50.114
Incentivo Sudene (descontado o ajuste de anos anteriores)	-	(29.276)	(29.276)
Pagamentos por estimativa no ano	(5.929)	(6.018)	(11.947)
Total do passivo fiscal corrente	7.326	1.565	8.891

20.2 Conciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	162.346	162.346	162.065	162.065
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	9%	25%	9%	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	(14.611)	(40.587)	(14.586)	(40.516)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
Adições				
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	(255)	(707)	(255)	(707)
Provisão de fornecedores	-	-	(410)	(1.140)
Receitas de órgãos públicos	-	-	(14)	(40)
Benefícios a administradores	-	(64)	-	(64)
Outras adições	(5)	(11)	(3)	(7)
	(260)	(782)	(682)	(1.958)
Exclusões				
Juros sobre capital próprio	1.518	4.215	1.747	4.853
Incentivo fiscal Lei do Bem	206	571	266	738
Outras exclusões	-	24	-	24
	1.724	4.810	2.013	5.615
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(13.147)	(36.559)	(13.255)	(36.859)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	255	707	679	1.887
Incentivo fiscal SUDENE	-	29.533	-	36.927
Efeito líquido no resultado	(12.892)	(6.319)	(12.576)	1.955
Alíquotas efetivas de IRPJ e CSLL correntes (a)	8,1%	4,3%	8,2%	4,7%

- (a) A alíquota do Imposto de Renda considera o desconto do Incentivo Fiscal da Sudene. No ano de 2019 o cálculo da alíquota do Imposto de Renda está desconsiderando o ajuste de anos anteriores no incentivo Sudene de R\$ 7,650.

20.3 Conciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Ativo				
Provisão de honorários advocatícios	12.347	12.347	12.347	12.347
Base de cálculo do imposto ativo	12.347	12.347	12.347	12.347
Alíquota	9%	25%	9%	25%
Imposto ativo	1.111	3.087	1.111	3.087
Passivo (-)				
Depreciação (diferença taxa contábil (ANEEL) x RFB)	(5.658)	(5.658)	(8.488)	(8.488)
Base de cálculo do imposto passivo	(5.658)	(5.658)	(8.488)	(8.488)
Alíquota	9%	25%	9%	25%
Imposto passivo	(509)	(1.415)	(764)	(2.122)
Total Líquido	602	1.672	347	965

A Companhia não possui base de prejuízos fiscais acumulados e por esse motivo há constituição de ativo fiscal diferido sobre tal rubrica

21 P&D e taxas regulatórias

	2020	2019
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	465	173
Ministério das Minas e Energia (MME)	232	87
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.608	25.580
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	97	98
Total de tributos e contribuições sociais a pagar	11.402	25.938
Circulante	8.203	22.336
Não circulante	3.199	3.602

Os encargos setoriais FNDCT / MME / P&D correspondem a 1% da receita operacional líquida que devem ser aplicados em P&D e em eficiência energética, em conformidade com a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, e visam financiar o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

Os gastos realizados com os projetos de P&D em curso estão registrados na rubrica de P&D projetos em andamento no ativo circulante (conforme nota explicativa 13). No final dos projetos o saldo em curso será encerrado contra os recursos do programa destacados acima. O saldo do P&D em curso em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 6.983 (Em 31 de dezembro de 2019, R\$

19.488), logo, o saldo a investir em P&D no exercício findo de 2020 era de R\$ 3.625 (Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 6.092).

22 Dividendos e juros sobre capital próprio

Deliberação 2020	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 22 de dezembro de 2020	JSCP	16.861	0,12046
AGE de 28 de dezembro de 2020	JSCP	16.861	0,12046

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios para o exercício de 2020.

O art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e da Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação pro rata die da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e considerando o emanado no art. 75 da IN RFB nº 1.700/2017 e na Lei nº 12.973/2014.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias.

Em 2020, a Companhia distribuiu R\$ 28.881 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios apurados em 2019 e R\$ 84.309 de reserva de lucros (dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios de 2018), conforme deliberado em Ata AGOE de 13 de abril de 2020.

Os pagamentos realizados no decorrer de 2020 são relativos ao ano exercício de 2019 e foram atualizados pela SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/1998, e são líquidos de IRRF.

Segue a base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios:

	2020	2019
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	143.135	151.444
(-) Reserva legal	-	-
(-) Reserva de incentivo fiscal	(29.533)	(29.277)
(-) Reserva de incentivos fiscais anos anteriores	-	(7.650)
(=) Base de Cálculo dos dividendos	113.603	114.517
(x) Percentual conforme Estatuto Social	25%	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	28.400	28.629
Demonstrativo dos Dividendos mínimos e Juros sobre Capital Próprio:		
Juros sobre capital próprio declarados	16.861	19.412
Efeito do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	(2.529)	(2.912)
Dividendos Mínimos Complementares Obrigatórios	14.068	12.129
Total bruto	28.400	28.629

Será encaminhado para aprovação em AGO, a ser realizada em 2021, o montante de R\$ 14.068 mil de dividendos mínimos complementares obrigatórios de 2020.

A formação do saldo excedente aos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	2020	2019
Base de cálculo dos dividendos	113.603	114.517
Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF)	(30.930)	(31.541)
Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios	82.673	82.976

A Diretoria da Companhia irá propor que o montante de R\$ 82.672 excedente aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como Reserva de Lucros, seja distribuído integralmente ao longo do exercício de 2021, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

A movimentação dos saldos dos dividendos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	28.629	24.817
Dividendos complementares	82.977	71.696
Atualização SELIC (líquida de IRRF)	1.583	2.397
Dividendos pagos	(96.571)	(83.185)
Juros sobre capital próprios pagos	(16.619)	(15.725)
Dividendos propostos do exercício	30.930	31.541
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(2.529)	(2.912)
Saldo final	28.400	28.629

23 Outras contas a pagar

	Ref.	2020	2019
Estoque de peças em garantia	(a)	5.366	10.244
Provisão de férias e encargos		289	383
P&D imobilizado em serviço		584	935
Outros valores a pagar		575	1.175
Total de outras contas a pagar		6.814	12.737
Circulante		6.230	11.802
Não circulante		584	935

(a) Saldo corresponde ao estoque de peças em garantia, conforme mencionado na nota explicativa 11.

24 Contingências

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. Quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações. Com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhuma ação com risco de perda provável.

24.1 Ação Ordinária contra União Federal

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal, para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, referente à cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A sentença julgou improcedente o pedido da Companhia, que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento. Acredita-se que a ação será julgada procedente, portanto de forma favorável à Companhia. A probabilidade de perda é possível e o valor envolvido é na ordem de R\$ 3.217 mil.

24.2 Ação contra a CHESF

A CHESF aplicou penalidades à Companhia, no montante de R\$ 1.200, sob o argumento de inadimplemento contratual por não assinatura tempestiva do Atestado de Recebimento Provisório (ARP). A questão gira em torno de assumir no ARP a obrigação pela doação do imóvel no qual se encontram implantados os bays de conexão, obrigação esta que não existe no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) do qual o ARP é um anexo e obrigação subsidiária. Assim, a Suape ajuizou ação 0051007-04.2017.8.17.2001 que se encontra aguardando despacho do juiz para manifestação sobre contestação. A probabilidade de perda é possível.

24.3 Ação contra União Federal e ANEEL

A Companhia, para assegurar a preferência no recebimento da receita proveniente da recomposição de lastro via liquidação do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ajuizou, na condição de associada da ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Térmicas, a ação ordinária nº 0051048-90.2015.4.01.3400 contra a União Federal e a ANEEL, para que as Rés não transfiram o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais da qual não faça parte, relativa aos efeitos dos atuais valores de GSF (Generation Scalling Factor) sobre geradores hidrelétricos nas liquidações, já reconhecida por liminar e confirmada por sentença. Eventual revogação da sentença em sede de recurso poderá provocar:

- (i) Condenação ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência de no mínimo 10% e de no máximo 20% sobre o valor da causa, que rateado entre as entre as 14 térmicas que constituem o litisconsórcio ativo da ação, pode implicar no pagamento de R\$ 715 a R\$ 1.430 (valores em reais); e
- (ii) O risco da inadimplência no Mercado de Curto Prazo com o pagamento da receita no Mercado de Longo Prazo, devidamente corrigido conforme a variação do IGPM do momento que era devido até o seu efetivo pagamento.

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 139.977 em 2020 e 2019 e está representado por 139.977 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, ficando a composição do Capital da Companhia conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2020 / 2019	
Acionistas	Ações ordinárias	Valor
Savana SPE Incorporações Ltda.	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	27.995	27.995
Total de tributos e contribuições sociais a pagar	139.977	139.977

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

25.2 Reservas de legal e de lucros

A Companhia já constitui o montante para Reserva Legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76.

A conta de Reserva de Lucros é constituída pelos valores excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios e são destinados após deliberação por parte dos acionistas em AGO/E, sendo a composição detalhada na nota 22.

25.3 Reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ apurado com base no lucro da exploração, suportada pelo Laudo Constitutivo nº 0199/2012, expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional (MI). Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento.

Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Saldo acumulado em 01 de janeiro de 2019	Valores 112.446
Incentivo fiscal no exercício de 2019	29.277
Incentivo fiscal de anos anteriores apurados em 2019	7.650
Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2019	149.373
Saldos em 01 de janeiro de 2020	149.372
Incentivo fiscal no exercício de 2020	29.533
Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2020	178.906

26 Partes Relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Ata AGOE de 13 de abril de 2020, a Companhia deliberou o montante global de remuneração do pessoal-chave da Administração. O montante pago até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.580 (em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.622).

b. Outras transações com partes relacionadas

Em 2020 a Companhia realizou operações de compra de OCB1 com parte relacionada, Petrobras Distribuidora S.A., no montante negociado foi de R\$ 88.808 referente aquisição de combustíveis (em 2019 o montante foi de R\$ 143.613). Todas as transações foram precificadas com base em condições de mercado. No exercício findo de dezembro de 2020 o saldo em aberto era de R\$ 349 e deve ser liquidado dentro de três meses da data do balanço (saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 375).

Os valores a pagar de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Mínimos estão detalhados na Nota 22.

27 Receita operacional líquida

	Ref.	2020	2019
Receita de operações com energia elétrica			
Receita fixa - disponibilidade	(a)	284.162	276.502
Receita de geração - demanda	(b)	102.955	202.368
Energia elétrica de curto prazo	(c)	82.289	86.574
Suprimento de energia elétrica		469.406	565.444
Deduções da receita operacional			
(-) PIS / COFINS		(43.421)	(52.300)
(-) Programa de P&D e eficiência energética	(d)	(3.478)	(4.302)
(-) Taxa de fiscalização		(1.166)	(1.172)
Total das dedução da receita operacional		(48.065)	(57.774)
Receita operacional líquida		421.341	507.670

- (a) A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Companhia para o Sistema Elétrico Nacional. A variação é decorrente do reajuste pelo IPCA previsto nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR")
- (b) O principal fator para redução na receita foi a redução de geração. A Companhia teve um despacho médio de 4,87% em 2020 (8,45% em 2019). O despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS).
- (c) Liquidação financeira do montante gasto com a aquisição do lastro (vide nota 28,"a") que ocorre aproximadamente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da operação conforme calendário divulgado pela CCEE.A diferença entre o valor de compra e retorno é decorrente do spread vigente no momento da contratação.
- (d) Não há incidência de P&D sobre a receita de energia elétrica no curto prazo, por se trata de operação de comercialização de energia, recebidas no âmbito do Mercado Curto Prazo (MCP).

28 Custos e despesas (outras receitas) operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração de resultado do exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Ref.	2020	2019
Custo do serviço de energia elétrica			
Combustível para geração de energia elétrica		(80.946)	(137.548)
Encargos de uso do sistema transmissão		(30.959)	(29.486)
Depreciação e amortização		(23.084)	(22.989)
Serviços de terceiros		(18.638)	(24.711)
Peças para manutenção		(6.651)	(5.330)
Seguros		(4.512)	(4.219)
Aluguéis		(2.429)	(2.443)
Material de consumo		(949)	(936)
Taxas e contribuições		(285)	(269)
Energia elétrica		(12)	(34)
		<u>(168.465)</u>	<u>(227.965)</u>
Custo de compra de energia elétrica (lastro)	(a)		
Energia elétrica compra para revenda		(74.708)	(78.227)
		<u>(74.708)</u>	<u>(78.227)</u>
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal		(4.369)	(5.393)
Administradores		(1.862)	(1.599)
Serviços de terceiros	(b)	(1.561)	(7.992)
Depreciação e amortização		(634)	(607)
Taxas e contribuições		(236)	(227)
Aluguéis		(10)	(49)
Material de consumo		(67)	(93)
Baixa de ativos		(44)	(18)
Outras despesas		(235)	(340)
		<u>(9.018)</u>	<u>(16.318)</u>
Outras receitas operacionais			
Peças recebidas em garantia		-	1.879
Venda líquida de óleo usado e sucata		81	197
		<u>81</u>	<u>2.076</u>
Total dos custos e despesas (outras receitas) operacionais		<u>(252.110)</u>	<u>(320.434)</u>

O principal fator para redução nos custos e despesas operacionais foi a redução na geração da Companhia, despacho médio de 4,87% em 2020 (8,45% em 2019).

- (a) As operações de compra de lastro realizada mensalmente por Suape se dão pelo cumprimento das obrigações contratuais firmadas no 5º leilão de energia nova A-5 de 2007 na qual Suape sagrou-se vencedora. Dentre as várias obrigações contratuais, a entrega da sua garantia física contratual ou lastro contratual determina a necessidade de compra de lastro. A diferença em MWmed da garantia física calculada para a garantia física do leilão é comprada no Mercado Livre ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) do submercado da oferta nas operações do Mercado de Curto Prazo (MCP) para liquidação na CCEE. O retorno financeiro é demonstrado como Energia elétrica de curto prazo (vide nota 27, “c”). A diferença entre o valor de compra e retorno é decorrente do spread vigente no momento da contratação.
- (b) A variação entre os exercícios é decorrente principalmente de dois fatores: (i) Em 2019 foi provisionado no montante de R\$ 4.560 referente as honorários advocatícios para o escritório Paulo César Pinheiro Advogados (vide nota 18). (ii) redução dos gastos com manutenção e serviços em geral devido a menor geração no ano de 2020;

29 Resultado financeiro

	Ref.	2020	2019
Receitas financeiras			
Rendimento de aplicações financeiras		856	6.423
Atualização monetária recebimento de clientes	(a)	2.672	(117)
Variação cambial		10	234
Outras atualizações monetárias	(b)	<u>1</u>	<u>2.404</u>
		<u>3.539</u>	<u>8.944</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	(c)	(7.814)	(27.327)
Atualização monetária		(2.150)	(5.564)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras		(164)	(410)
Variação cambial		(102)	(188)
Outras despesas financeiras		<u>(194)</u>	<u>(626)</u>
		<u>(10.424)</u>	<u>(34.115)</u>
Resultado financeiro		<u>(6.885)</u>	<u>(25.171)</u>

- (a) Em 2020 houve o recebimento dos Serviços Ancilares dos meses de fevereiro a maio de 2019 acrescidos de atualização monetária no montante de R\$ 2.629.
- (b) Em 2019 houve a compensação de créditos fiscais oriundos de Saldo Negativo de IRPJ dos anos de 2014 a 2017 acrescidos de atualização monetária no montante de R\$ 1.689.
- (c) A redução dos encargos da dívida é decorrente da liquidação antecipada do FAT em outubro de 2019 e do FNE em maio de 2020. Além da redução da alavancagem da Companhia e do serviço mensal da dívida mensal a liquidação permitiu a baixa das garantias reais dadas e o aumento do limite de crédito para novos financiamentos e capital de giro.

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo.

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo foram definidos da seguinte forma:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Nota	Índice	Mensuração	Nível	2020		2019	
					Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	8		(a)	-	24	24	2.861	2.861
Aplicações financeiras - CDB	8	CDI	(a)	-	21.781	21.781	14.410	14.410
Aplicações financeiras - FNE	9	CDI	(a)	(2)	-	-	6.711	6.711
Aplicações financeiras - Garantia CCG	9	CDI	(a)	(2)	4.017	4.017	3.911	3.911
Aplicações financeiras - Garantia CCT	9	CDI	(a)	(2)	133	133	135	135
Contas a receber	10		(a)	-	104.932	104.932	75.251	75.251
Outros créditos	14		(a)	-	9.879	9.879	9.879	9.879
Total Ativo					140.766	140.766	113.158	113.158
Passivo								
Fornecedores	17		(a)	-	10.339	10.339	10.364	10.364
Honorários advocatícios	18		(a)	-	12.347	12.347	12.759	12.759
Dividendos e juros sobre o capital próprio	22		(a)	(2)	28.400	28.400	28.629	28.629
Outras contas a pagar	23		(a)	(2)	6.814	6.814	12.737	12.737
Empréstimo - FNE	19	Fixo	(a)	(2)	-	-	145.955	105.489
Empréstimo - CCB Itaú	19	CDI	(a)	(2)	-	-	5.552	5.552
Empréstimo - Conta Garantida Itaú	19	CDI	(a)	(2)	100	100	10.048	10.048
Empréstimo - CCB Banco ABC	19	CDI	(a)	(2)	-	-	10.029	10.029
Empréstimo - CCB Santander	19	CDI	(a)	(2)	145.230	119.257	-	-
Total Passivo					203.230	177.257	236.073	195.607

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

Categoria:

(a) - Mensurado ao custo amortizado

(b) - Mensurado ao valor justo por meio do resultado

a. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de CDI, segue abaixo simulação do pior cenário dentre os possíveis e comentários:

Instrumentos Financeiros	Exposição	Risco	Redução (Aumento) do índice em				
			10%	15%	20%	25%	Total
Ativos - Não Derivativos	25.955	Alta CDI	740	34	34	34	840
Passivos - Não Derivativos	(145.331)	Alta CDI	(6.661)	(303)	(303)	(303)	(7.569)
	(27.251)		(5.921)	(269)	(269)	(269)	(6.729)

O Cenário demonstrado representa o pior cenário dentre os possíveis. Todavia, a Companhia classifica esse cenário como remoto para o próximo ano pois estamos observando uma queda na CDI.

b. Análise de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

	Nota	2020	<3 meses	3-12 meses	1-3 anos	4-5 anos	Total
Fornecedores e outras a pagar							
Petrobras Distribuidora S.A	17	349	349	-	-	-	349
Encargos de uso da rede	17	3.526	3.526	-	-	-	3.526
Wartsila Brasil Ltda	17	3.449	3.449	-	-	-	3.449
Institutos de P&D	17	1.166	-	1.166	-	-	1.166
Outros fornecedores	17	1.849	1.109	740	-	-	1.849
Paulo Cesar Pinheiro Advogados	18	12.347	-	-	12.347	-	12.347
Total Fornecedores e outras a pagar		22.686	8.433	1.906	12.347	-	22.686
Empréstimos							
Itaú Unibanco S.A.	19	100	100	-	-	-	100
Banco Santander – CCB	19	145.230	6.357	18.380	73.521	46.972	145.230
Total Empréstimos		145.330	6.457	18.380	73.521	46.972	145.330
Total		168.016	14.890	20.286	85.868	46.972	290.560

(i) Comentários referente o saldo para fornecedores:

O pagamento dos fornecedores ocorrerá de acordo com o vencimento, estimado em sua maioria para o 1º trimestre de 2021.

Conforme nota explicativa nº 18, face à relevância dos honorários de êxito que serão devidos quando do trânsito em julgado da decisão do Mandado de Segurança nº 6981-45.2012.4.01.3400, a Companhia provisionou o montante de R\$ 12.347 que se espera que ocorra em 2021.

(ii) Comentários referentes o saldo para empréstimos:

Os financiamentos do FNE e CCB foram para a construção da Usina. O CCB Itaú foi quitado em janeiro de 2020 e o FNE em maio de 2020. A CCB atual contratada junto ao Santander seguirá o fluxo de pagamentos de acordo com os vencimentos que tem o prazo até novembro de 2026.

Os financiamentos de curto prazo na modalidade conta garantida foram tomados com a finalidade de efetuar compras de OCB1 à vista, visto que apresentava bons resultados financeiros para a empresa e deverão ser liquidados no 1º trimestre de 2021.

c. Gestão de risco

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seu Conselho de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

(i) Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

(ii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(iii) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, sem cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

d. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

Com relação ao risco de crédito, o histórico de inadimplência das 35 distribuidoras com as quais a Suape Energia firmou os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARS é baixo, não havendo histórico de perdas passadas para a Companhia, tendo ocorrido por curtos lapsos temporais face à rigorosa atuação da ANEEL e CCEE junto as mesmas, além da oferta de subsídios do Governo para a perenidade de serviço essencial à população.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

31 Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações e, que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações. As principais coberturas são:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral		25.000
Responsabilidade Civil Administradores		40.000
Responsabilidade Civil Ambiental		15.000
Riscos Nomeados e Operacionais		402.642
Veículos		100% da tabela FIPE
Seguro de vida dos colaboradores		24x remuneração

* * *

Conselho de Administração

Fernando Ferraz Marcondes de Souza
Conselheiro Presidente

Marcelo Fernandes
Conselheiro

Dean William Moraes Carneis
Conselheiro

Nelson Ambra Castro Junior
Conselheiro

Walkiria Galastri
Conselheira

Diretoria

Nelson Ambra Castro Junior
Diretor Presidente

José Faustino da Costa Cândido
Diretor Técnico

Enock Rodrigues Barbosa
Diretor Administrativo

Contador

Alexandre da Silva
CRC: RJ-070219/O-0-S-PE